



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

REGINA
APARECIDA
DUARTE
13/07/2026 13:39

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO/GRUPO

Nome: Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (CPLS)

Coordenadora: Desembargadora Regina Aparecida Duarte

2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 29/06/2026 **Hora:** 11h00 **Local:** Online

3. PARTICIPANTES

Nome	Lotação
Regina Aparecida Duarte	Desembargadora - Coordenadora
Silvane Aparecida Bernardes	Desembargadora - Coordenadora do Subcomitê de Classificação e Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Destinados ao Desfazimento
Fernanda André Delício	Secretária Geral da Presidência
João Vitor Gândra	Diretor da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos
Ana Carolina Feitoza Bohm	Representante da Divisão de Sustentabilidade

3.1 AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Nome
Paulo José Ribeiro Mota - Desembargador - Vice-Coordenador
Rômulo Borges Araújo - Diretor Geral da Administração
Aquiles José Malvezzi - Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações
Fernanda Machado Martins - Diretora da Divisão de Sustentabilidade

4. PAUTA

- 1) Programas de Eficiência Energética (atualizações)
- 2) Mercado Livre de Energia
- 3) Ações recentes voltadas à sustentabilidade
- 4) Recomendação CNJ nº 169/2026
- 5) Plano de Obras 2026-2030
- 6) Fórum de Governança das Contratações da JT 2026
- 7) 2ª edição do Boletim do CPLS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

5. DISCUSSÕES

5.1 Programas de Eficiência Energética

O Diretor da SILAP apresentou atualização sobre as frentes em andamento relacionadas aos Programas de Eficiência Energética (PEE), ressaltando que o Tribunal vem buscando identificar oportunidades de modernização dos sistemas prediais por meio de parcerias com concessionárias de distribuição de energia elétrica e de credenciamento de Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ESCOs). Destacou-se que essas iniciativas se alinham à busca por eficiência energética, sustentabilidade e redução de despesas continuadas com energia elétrica.

Foi informado que o projeto do Fórum Ruy Barbosa junto à ENEL foi aprovado, contemplando a substituição de 1 chiller e componentes associados. A próxima etapa prevista consiste em reunião (que será realizada na semana de 29/06 a 03/07) com a empresa executora para definição da marca do equipamento, com estimativa aproximada de 120 dias para preparo do equipamento e posterior instalação após essa etapa. Estima-se que ainda em 2026 o serviço seja finalizado.

Quanto aos projetos de Santos, junto à CPFL, e do Guarujá, junto à Neoenergia, registrou-se que ambos têm como escopo a instalação de painéis solares, encontrando-se em fase de estudo e elaboração de projeto para posterior envio às respectivas concessionárias, com aprovação ainda pendente de avaliação. Foi consignado que os projetos em fase de envio não possuem garantia de execução, por dependerem da análise e aprovação das concessionárias.

Também foi comunicada a existência de novo chamamento no âmbito do PEE da ENEL, envolvendo o Edifício-Sede e/ou o Fórum de São Bernardo do Campo, com ESCO já definida e projetos em fase de envio. Foram mencionados como possíveis escopos painéis solares, modernização de elevadores e intervenção no sistema de ar-condicionado do Fórum de São Bernardo do Campo, sempre condicionados à viabilidade técnica e à aprovação pela concessionária.

O Comitê tomou ciência do andamento das iniciativas e registrou a relevância estratégica dos Programas de Eficiência Energética para a sustentabilidade institucional, a eficiência energética dos edifícios e a redução de despesas continuadas.

5.2 Mercado Livre de Energia

Na sequência, foi apresentada atualização do processo referente à migração para o Mercado Livre de Energia, tema já debatido em reuniões anteriores do CPLS e considerado alternativa relevante para garantia de utilização de fontes de energia renováveis, economia e melhor gestão do consumo de energia elétrica.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Informou-se que o PROAD foi aberto para realização da licitação, tendo o processo sido submetido à Assessoria Jurídica. Após manifestação jurídica, os autos retornaram à área técnica, que se encontra realizando as complementações e ajustes solicitados.

Foi destacado, ainda, ponto de atenção regulatório decorrente da Lei nº 15.269/2025, com potencial impacto na modelagem econômica da contratação, especialmente em razão de alterações relacionadas, especialmente, a benefícios tarifários aplicáveis aos novos entrantes no Ambiente de Contratação Livre. Em razão disso, consignou-se a necessidade de cautela e de ajustes sucessivos nos documentos da licitação, de modo que a contratação reflita as condições atuais do mercado.

O Comitê tomou ciência do estágio atual do processo, registrando que a área técnica realizará as complementações necessárias e que o tema permanecerá em acompanhamento pelo CPLS.

5.3 Ações recentes voltadas à sustentabilidade

Foi aberto espaço para registro de ações recentes voltadas à sustentabilidade pelas unidades integrantes do CPLS, não se restringindo às iniciativas da SILAP. Ressaltou-se que a atuação nessa temática permanece condicionada às prioridades administrativas, à disponibilidade orçamentária, à existência de materiais, à mão de obra disponível e à capacidade operacional das unidades envolvidas.

Pela SILAP, foram apresentadas ações de continuidade da instalação de sensores de presença nos prédios, bem como de instalação de refletores solares em novas unidades. Foram mencionadas iniciativas relacionadas aos Fóruns de Itapecerica, Cajamar, Ruy Barbosa, Zona Sul, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Zona Leste, quanto aos sensores de presença, e aos prédios de Praia Grande, Santos, Cajamar e Itapecerica, quanto aos refletores solares.

Foi consignado que, no primeiro semestre, as ações tiveram escopo mais restrito em razão da concentração de prioridades operacionais relacionadas ao Edifício-Sede. O Comitê tomou ciência das ações apresentadas e registrou a continuidade das iniciativas de eficiência energética e sustentabilidade predial, conforme planejamento, disponibilidade orçamentária e capacidade operacional.

5.4 Recomendação CNJ nº 169/2026

Foi apresentada a Recomendação CNJ nº 169/2026, publicada em 19 de maio de 2026, que estabelece diretrizes relacionadas a cooperativas e associações de catadores, gestão de resíduos recicláveis e destinação de bens inservíveis, antieconômicos ou irrecuperáveis.

Foram destacados, como pontos centrais da recomendação, a valorização do trabalho de cooperativas e associações de catadores, inclusive sob a perspectiva da contratação remunerada; a promoção de trabalho decente e de inclusão socioeconômica; a coleta, triagem, reciclagem e destinação ambientalmente adequada de resíduos recicláveis; a



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

educação ambiental e a segregação adequada dos resíduos; o monitoramento da efetividade das contratações; e a possibilidade de priorização dessas entidades na destinação de bens inservíveis, observada a legislação vigente.

Registrou-se que, em relação às associações e/ou cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, o Tribunal já está alinhado às diretrizes da recomendação. O ponto submetido à discussão do Comitê concentrou-se na destinação de bens móveis classificados como inservíveis, antieconômicos ou irrecuperáveis.

Deliberou-se pelo encaminhamento do tema à área responsável pela destinação de bens, para que avalie formas de atendimento à Recomendação CNJ nº 169/2026, especialmente quanto à possibilidade de priorização de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sem prejuízo da competência da unidade responsável e sempre observada a legislação vigente e os procedimentos administrativos aplicáveis. O tema permanecerá em acompanhamento pelo CPLS.

5.5 Plano de Obras 2026-2030

Foi dada ciência ao CPLS de que o Plano de Obras 2026-2030, instrumento de planejamento das intervenções prediais do Tribunal no período de 2026 a 2030, foi analisado e preparado pela SILAP e Subcomitê de Gestão de Imóveis, e aprovado pelo Tribunal Pleno no último mês.

Foi ressaltado que a execução do Plano de Obras permanece condicionada à disponibilidade orçamentária, à tramitação administrativa dos respectivos processos e à manutenção das prioridades que justificaram sua elaboração.

Registrou-se que o Plano de Obras possui impacto direto sobre eixos estratégicos relacionados às atribuições do CPLS, tais como sustentabilidade, acessibilidade, segurança, conservação predial, eficiência no uso dos recursos públicos e priorização técnica das intervenções.

O Comitê tomou ciência da aprovação do Plano de Obras 2026-2030, ficando consignado que a SILAP, em conjunto com o Subcomitê de Gestão de Imóveis, acompanhará sua execução, observadas as condições administrativas e orçamentárias aplicáveis.

5.6 Fórum de Governança das Contratações da Justiça do Trabalho 2026

Foi comunicada a realização do Fórum de Governança das Contratações da Justiça do Trabalho 2026, ocorrido nos dias 16, 17 e 18 de junho, no Auditório Juiz Amauri Mascaro Nascimento, no Fórum Ruy Barbosa.

Registrou-se que o evento teve como iniciativa o fortalecimento da governança das contratações públicas na Justiça do Trabalho, tema alinhado às atribuições do CPLS, especialmente no que se refere à promoção de contratações mais eficientes, sustentáveis, planejadas e orientadas à adequada gestão de riscos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Foram mencionados, entre os principais eixos de discussão, o fator humano na governança e saúde mental, gerenciamento de riscos e gestão contratual, integridade e LGPD nas contratações, impactos da Reforma Tributária, credenciamento e soluções complexas, dedicação exclusiva de mão de obra, uso de inteligência artificial por gestores e fiscais de contratos e produtividade sustentável.

Foi registrada manifestação de apoio à iniciativa, considerando sua relevância institucional e sua conexão com o aprimoramento das contratações estratégicas do Tribunal. Destacou-se que contratações mais bem planejadas, fiscalizadas e orientadas por risco tendem a gerar maior eficiência, menor desperdício, melhor uso dos recursos públicos e maior aderência à sustentabilidade.

O Comitê tomou ciência da realização do evento, registrando sua relevância institucional e estimulando o aproveitamento dos temas abordados nas contratações estratégicas do Tribunal.

5.7 2ª edição do Boletim do CPLS e fluxo de aprovação das próximas edições

Em continuidade ao projeto recém-iniciado pelo Comitê, foi apresentada a 2ª edição do Boletim do CPLS (1º quadrimestre de 2026), instrumento de divulgação das ações do Comitê relacionadas à sustentabilidade, logística, patrimônio e governança das contratações, com o objetivo de conferir visibilidade às iniciativas do Tribunal e fortalecer a atuação institucional do Comitê.

Informou-se que a 2ª edição do Boletim se encontra concluída, tendo sido submetida à apreciação e deliberação do Comitê. Após análise, o Comitê aprovou a 2ª edição do Boletim do CPLS, ficando sua publicação condicionada ao encaminhamento e à aprovação/autorização da Presidência, conforme fluxo institucional de divulgação.

Em seguida, foi discutida a necessidade de definir fluxo de governança para as próximas edições do Boletim, inclusive quanto ao encaminhamento prévio à Presidência e à forma de aprovação pelo Comitê, com vistas a evitar atrasos na publicação.

Deliberou-se que as próximas minutas do Boletim deverão ser encaminhadas aos membros do Comitê por e-mail institucional, com comunicação complementar pelo grupo de WhatsApp apenas para dar agilidade à ciência dos membros. Deverá ser fixado prazo para manifestação, sendo que a ausência de objeção dentro do prazo assinalado será considerada concordância com a minuta, desde que mantido registro formal da submissão, do prazo concedido, das manifestações recebidas e da aprovação. Eventuais objeções deverão ser apresentadas por escrito, para adequada rastreabilidade. Após aprovação pelo Comitê, as edições deverão ser submetidas à Presidência antes da divulgação.

5.8 Encerramento



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Não havendo outros assuntos, a Sra. Desembargadora Regina Aparecida Duarte, Coordenadora do Comitê, questionou se alguém mais gostaria de se manifestar. Nada mais tendo sido debatido, a reunião foi encerrada.

6. ENCAMINHAMENTOS		
Ação/medida a ser tomada	Responsável	Data
Acompanhar as frentes dos Programas de Eficiência Energética: Fórum Ruy Barbosa/ENEL, Santos/CPFL, Guarujá/Neoenergia e novo chamamento ENEL para Edifício Sede e/ou Fórum de São Bernardo do Campo.	SILAP	Contínuo
Realizar as complementações técnicas no processo de migração para o Mercado Livre de Energia e manter o CPLS informado.	SILAP	Em andamento
Dar continuidade às ações de eficiência energética, acessibilidade e sustentabilidade predial, conforme planejamento, materiais, mão de obra e orçamento.	Unidades integrantes do CPLS, conforme respectivas competências	Contínuo
Encaminhar à área responsável pela destinação de bens a avaliação de atendimento à Recomendação CNJ nº 169/2026, observada a legislação vigente.	Área responsável pela destinação de bens / CPLS	Após a reunião
Registrar ciência da aprovação do Plano de Obras 2026-2030 pelo Tribunal Pleno e acompanhar sua execução conforme as condições administrativas e orçamentárias.	SILAP / Subcomitê de Gestão de Imóveis	Contínuo
Registrar a relevância institucional do Fórum de Governança das Contratações da JT 2026 e estimular o aproveitamento dos temas nas contratações estratégicas.	CPLS / Unidades envolvidas nas contratações	Contínuo
Encaminhar a 2ª edição do Boletim do CPLS à Presidência para aprovação/autorização antes da publicação.	SILAP / Coordenação do CPLS	Após a reunião
Adotar, nas próximas edições do Boletim, fluxo de aprovação por e-mail institucional,	SILAP / Coordenação do CPLS	Próximas edições



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

com apoio do WhatsApp, prazo para manifestação, registro formal e posterior submissão à Presidência.

7. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião: a ser definida de acordo com o andamento dos projetos ou novos projetos a serem apresentados, mantendo-se periodicidade média trimestral.

8. ASSINATURA DA COORDENADORA DO COMITÊ

Nome	Assinatura
Regina Aparecida Duarte	